



PREFEITURA DE  
MIGUELÓPOLIS

[miguelopolis.sp.gov.br](http://miguelopolis.sp.gov.br)

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Quinta-feira, 05 de fevereiro de 2026 · Ano X · Edição nº 1528

Publicação Oficial do Município de Miguelópolis, conforme Lei Municipal nº 3.622, de 2016



## PODER EXECUTIVO

## Atos Oficiais

## Decretos

**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com**DECRETO Nº 7.509, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

JÚLIO FERREIRA DO CARMO, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.300 de 2025 e Decreto nº 7.434 de 22/10/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 23.430,20**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 23.430,20</b>
	3.390.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	301 084	IMPL. SEG. ALIMENTAR E NUTRICIONAL SAÚDE	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO****Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**





**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.510, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.299/2025 e Decreto nº 7.433, de 22/10/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 50.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.302.0170.2029.0000	Assistência de Média e Alta Complexidade	<b>R\$ 50.000,00</b>
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	302 071	MAC-FAEC-CIRURGIA ELETIVAS	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.511, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.298 de 2025 e Decreto nº 7.432, de 22/10/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 20.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.302.0170.2029.0000	Assistência de Média e Alta Complexidade	<b>R\$ 20.000,00</b>
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	302 067	Mac-Faec-Prog. Mais Especialistas (PMAE)	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.512, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.322 de 2025 e Decreto nº 7.453, de 06/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 200.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0158.2029.000	Saúde para todos		<b>R\$ 40.000,00</b>
3.3.90.30.00	Material de Consumo		F.R.: 0 02 15
02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
301 085	Estadual/Custeio-Emenda 2023.283.73630		
10.301.0158.2029.000	Saúde para todos		<b>R\$ 60.000,00</b>
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica		F.R.: 0 02 15
02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
301 085	Estadual/Custeio-Emenda 2023.283.73630		
10.301.0158.2029.000	Saúde para todos		<b>R\$ 100.000,00</b>
3.3.90.32.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		F.R.: 0 02 15
02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
301 085	Estadual/Custeio-Emenda 2023.283.73630		



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.513, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.324 de 2025 e Decreto nº 7.455, de 06/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 200.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 200.000,00</b>
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	F.R.: 0 02 15
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	301 086	EST./AQ. VEICULO-EMENDA 2025.013.75353	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.514, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.325 de 2025 e Decreto nº 7.456, de 06/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 240.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 240.000,00</b>
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	F.R.: 0 02 15
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	301 087	EST./INVESTI.EMENDA 2025.030.74735	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000





**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.515, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.326 de 2025 e Decreto nº 7.457, de 06/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 100.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.302.0170.2029.0000	Assistência de Média e Alta Complexidade	<b>R\$ 100.000,00</b>
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	F.R.: 0 02 15
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	302 073	EQUIP. SANTA CASA-EMENDA 2025.078.71413	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.516, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.333 de 2025 e Decreto nº 7.461, de 24/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 200.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos		<b>R\$ 100.000,00</b>
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 0 05 13
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
301 088	INCREMENTO PAP-EMENDA 40350002-MOTTA		
10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos		<b>R\$ 100.000,00</b>
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 05 13
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
301 088	INCREMENTO PAP-EMENDA 40350002-MOTTA		

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**  
Prefeito

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.517, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.334 de 2025 e Decreto nº 7.462, de 24/11/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 399.981,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 399.981,00</b>
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	301 089	AQ. EQUIP. VEICULOS-EMENDA 23560004	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000





**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.518, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.349 de 2025 e Decreto nº 7.480, de 17/12/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 100.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 100.000,00</b>
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	F.R.: 0 02 15
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	301 091	EST./INVESTI. EMENDA 2025.279.75787	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

---

**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

---

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 - Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.519, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.358 de 2025 e Decreto nº 7.486, de 29/12/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 200.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 200.000,00</b>
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	301 093	FEDERAL/CUSTEIO-EMENDA-50410001	
	10.301.0158.2029.0000	Saúde para todos	<b>R\$ 100.000,00</b>
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	301 093	FEDERAL/CUSTEIO-EMENDA-50410001	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**  
**Prefeito**

Praça Vovó Mariquinha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**





**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.520, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se exaure no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se exaure ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.361 de 2025 e Decreto nº 7.489, de 29/12/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 500.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.302.0062.2030.0001	Assist. Financ. À Entidades Filantrópicas	<b>R\$ 500.000,00</b>
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	302 074	FEDERAL/MAC-EMENDA 50410002-BALEIA ROSSI	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinícius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

Praça Vovó Marquilha, nº 100 – Centro  
CEP 14.530-000



**PREFEITURA DE MIGUELÓPOLIS**  
**MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ/MF nº 45.353.307/0001-04  
dpamiguelopolis@gmail.com

**DECRETO Nº 7.521, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

“Determina a reabertura dos créditos conforme especificado e da outras providências”

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**, PREFEITO MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 77 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS:

- **CONSIDERANDO** os termos do art. 167, § 2º da Constituição Federal: Art. 167. (...); §2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
- **CONSIDERANDO** os termos da ADI 4.049 MC, rel. min. Ayres Britto, j. 5-11-2008, P, DJE de 8-5-2009 que assim dispôs: “Medida provisória que abre crédito extraordinário não se esgota no ato de sua primeira aplicação. Ela somente se esgota ao final do exercício financeiro para o qual foi aberto o crédito extraordinário nela referido. Hipótese em que a abertura do crédito se deu nos últimos quatro meses do exercício, projetando-se, nos limites de seus saldos, para o orçamento do exercício financeiro subsequente (§ 2º do art. 167 da CF)”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica determinada a reabertura do saldo remanescente do crédito outrora autorizado pela Lei nº 5.359 de 2025 e Decreto nº 7.487, de 29/12/2025, até o limite do valor aprovado de **R\$ 250.000,00**, com a abertura da competente ficha, nos seguintes termos:

01 05 01	Fundo Municipal de Saúde		
	10.302.0170.2029.000	Assistência de Média e Alta Complexidade	<b>R\$ 250.000,00</b>
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 05 13
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	302 075	FEDERAL/CUSTEIO MAC-EMENDA 41320001	

**Art. 2º.** Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Miguelópolis-SP, 05 de fevereiro de 2026

**JÚLIO FERREIRA DO CARMO**

**Prefeito**

Decreto publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na data supra.

**Vinicius Rodrigues Alves**  
**Dir. de Governo e Relações Institucionais**

**Licitações e Contratos****Aviso de Licitação**

31/01/26-30/01/27. Miguelópolis/SP, 05 de fevereiro de 2026. JÚLIO FERREIRA DO CARMO. Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS**, faz público que se encontra aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - PROCESSO Nº 002/2026 - INTEGRAÇÃO BLL Nº FS000001/26 - EDITAL Nº 001/2026 - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a elaboração de laudos técnicos de avaliação imobiliária, compreendendo o Laudo de Valor da Terra Nua (VTN) para fins de apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Laudo de Avaliação para mensuração do valor venal de imóveis urbanos para fins de incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), acompanhada de assessoria técnica especializada e treinamento de servidores públicos do Município de Miguelópolis. Data/hora de Abertura da Sessão Pública: **24/02/2026 às 13h30min**, por meio da internet, através do site <https://bll.org.br/>, na forma ELETRÔNICA, onde ocorrerá o processamento do certame. A data de início do prazo para o envio da proposta eletrônica será no dia 09/02/2026 às 00h01min. Esclarecimentos e impugnações, diretamente na plataforma <https://bll.org.br/>. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$ 20,00 e/ou na internet através da <https://www.miguelopolis.sp.gov.br/paginas/porta/licitacoes/exercicios> ou <https://bll.org.br/>, a partir do dia 09/02/2026. Miguelópolis-SP, 04 de fevereiro de 2026. JÚLIO FERREIRA DO CARMO - Prefeito Municipal.

**Extrato**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023**- EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 030, DE 20/09/2024 - OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO.** Contratante: PMMIGUELÓPOLIS; Contratada: **S. M. COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.** CNPJ/MF sob o nº 14.567.322/0001-21. Do Valor: **R\$ 1.931.202,00.** Da Vigência: **01/02/26 a 31/01/2027.** Miguelópolis/SP, 05 de fevereiro de 2026. JÚLIO FERREIRA DO CARMO. Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022**- EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 002, DE 31/01/2023 - CONTRATANTE: PMMiguelópolis; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DESENVOLVIMENTO DE PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO OCUPACIONAL, PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, LTCAT - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, E PPP - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - Contratada: CARDOSO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 10.665.592/0001-14. Do Valor: **R\$99.617,40.** Da Vigência: